



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA A DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL - ANO DE 2015 - JANEIRO - JUNHO" ADJUDICADO À SÓCIEDADE POR QUOTAS CROSS JOBS - CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS, LDA, DE LISBOA -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 5 de Maio de 2015, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), actualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com a deliberação camarária de 9 de fevereiro de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como **primeiro outorgante**; e -----

Drª Elisabete Maria Gomes Roxo, casada, titular do cartão de cidadão nº 08994546 8ZY6, válido até 15/06/2019, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, residente na Rua Miguel Pais, nº 66 E, 5º Dtº, Barreiro, que outorga na qualidade de **procuradora**, em representação da sociedade comercial por quotas, "**CROSS JOBS – CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS, LDA**, com sede na Rua Castilho, nº5, 2º andar, esqº, Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho, com a matrícula correspondente ao número fiscal de contribuinte **513322680**, com o capital social de € 5.000,00, como segunda outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

4



Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Deliberação da Câmara Municipal de **09 de Fevereiro de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA A DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL – ANO DE 2015 – JANEIRO - JUNHO”**. -----

Pela referida deliberação a Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de **€ 74.755,85 (Setenta e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **180 dias**, e teve o início no dia **2 de janeiro de 2015**. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----

Quinta: Os encargos resultantes deste contrato serão satisfeitos pela rubrica orçamental seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais.

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e serviços; **Subagrupamento 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 25** – Outros serviços; **Alínea 99** - Outros. -----

Sexta: O presente contrato foi objecto de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, de **19 de dezembro de 2014**, nos termos do disposto nos nºs 4, 5 e 11 do



artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2014). -

Sétima: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145º nº 1, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Nona: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) O caderno de encargos; -----

b) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual os mesmos são indicados. -----

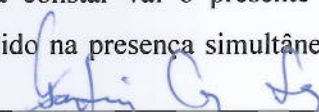
3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

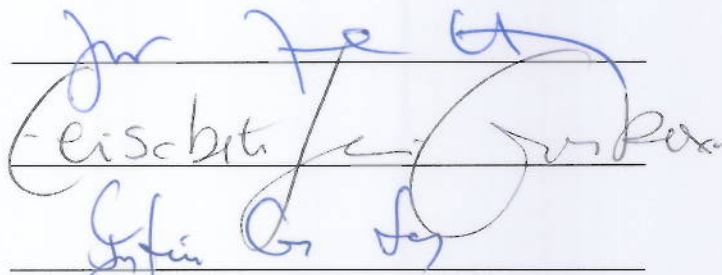
Décima: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Décima Primeira: A segunda outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obriga a realizar o fornecimento objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pela segunda outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **04-05-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa-2, em **04-05-2015**, comprovativa de que a sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão permanente **subscrita em 06-03-2015 e válida até 06-03-2016**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade; d) Procuração passada a favor da segunda outorgante, com poderes para este acto; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **37/029/2015**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **11/2015**